

SEGURO AGRÍCOLA E A CADEIA DE SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS *AGRICULTURAL INSURANCE AND THE CHAIN OF AGRO-INDUSTRIAL SYSTEMS*

Autor(es): Fernando Antonio Godoy de Souza, ESALQ/USP, fergodoy@terra.com.br;
Carlos Eduardo de Freitas Vian, ESALQ/USP, cefvian@usp.br

Grupo de Trabalho (GT): <<11 Elaboração e análise de políticas para a agropecuária>>

Resumo

O seguro agrícola é uma ferramenta essencial de mitigação de riscos no setor agroindustrial brasileiro, contribuindo para a estabilidade financeira dos produtores rurais diante de eventos climáticos e biológicos adversos. Este artigo analisa a estrutura jurídica, os agentes envolvidos, o desempenho de mercado e os principais desafios enfrentados na adoção do seguro agrícola no Brasil. Com base em dados recentes de instituições como MAPA, FENSEG e SUSEP, evidencia-se a importância do seguro para a segurança da produção e o acesso ao crédito rural, especialmente para pequenos e médios produtores.

Palavras-chave: seguro agrícola, risco agropecuário, políticas públicas, produtividade, cadeia agroindustrial.

Abstract

Agricultural insurance is a key risk management tool in the Brazilian agribusiness sector, supporting financial stability for rural producers against adverse climatic and biological events. This paper analyzes the legal framework, market agents, insurance performance, and main challenges in the adoption of agricultural insurance in Brazil. Based on recent data from MAPA, FENSEG, and SUSEP, the importance of insurance for production security and access to rural credit is highlighted, particularly for small and medium-sized farmers.

Key words: agricultural insurance, agricultural risk, public policy, productivity, agribusiness chain.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio representa 23,8% do PIB brasileiro e gera cerca de 28 milhões de empregos diretos e indiretos, sendo responsável por mais de US\$ 148 bilhões em superávit comercial (MAPA, 2023). Dada a vulnerabilidade climática da produção agrícola, o seguro rural torna-se uma política pública estratégica para garantir a continuidade produtiva e o investimento no setor.

2. RISCOS AGROPECUÁRIOS

Os riscos agropecuários podem ser classificados em diversas categorias, de acordo com sua origem e impacto sobre a propriedade rural e seus agentes. Dentre os riscos naturais, destacam-se os elementos climáticos imprevisíveis, como seca, geada, granizo, enchente, vendaval e excesso de umidade, que comprometem diretamente a produção agrícola. Além disso, doenças de plantas e animais, causadas por fungos, parasitas ou bactérias como a tuberculose, e o ataque de pragas e insetos como lagartas e ratos, são fatores que ameaçam o rendimento e a qualidade da produção.

No campo social, os riscos estão relacionados a eventos externos e internos que afetam o ambiente de trabalho e a segurança na fazenda. Podem envolver ações de delinquência, como roubos, fraudes e incêndios criminosos, bem como instabilidades sociais como golpes de Estado, distúrbios civis, guerras e mudanças tecnológicas ou na gestão da propriedade. Ainda se incluem riscos morais, que envolvem atitudes inadequadas por parte de empregados ou empregadores, podendo afetar a produtividade, a reputação e o ambiente de trabalho no campo.

Já os riscos econômicos abrangem fatores de mercado que afetam a rentabilidade do empreendimento rural, como a flutuação dos preços agrícolas, aumentos inesperados nos custos dos insumos e a depreciação dos investimentos. Complementarmente, os riscos pessoais atingem fazendeiros e trabalhadores, com origem natural (doenças, acidentes, morte, velhice), social (acidentes trabalhistas) ou econômica (perda da força de trabalho). Também se consideram os riscos a terceiros, como danos sociais causados involuntariamente pela atividade agrícola. Todos esses fatores exigem estratégias de gestão e mitigação, como o uso do seguro rural.

2. DEFINIÇÃO E FUNÇÃO DO SEGURO AGRÍCOLA

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o seguro agrícola visa compensar perdas financeiras decorrentes de riscos não controláveis, como seca, geada, pragas e doenças. Sua função vai além da proteção individual, promovendo a estabilidade econômica de toda a cadeia agroindustrial.

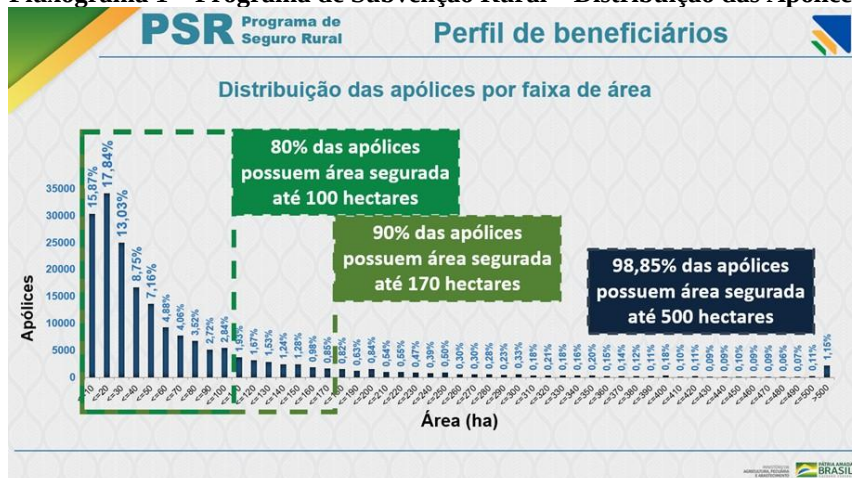
2.1. BASE LEGAL E DISTRIBUIÇÃO DE MERCADO

A regulamentação do seguro agrícola está fundamentada no Código Civil Brasileiro (Art. 757) e nas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) oferece subsídios públicos para ampliar o acesso ao seguro, principalmente por pequenos produtores.

No mercado de seguro agrícola, diversos agentes atuam de forma interdependente para viabilizar a proteção contra riscos climáticos, biológicos e econômicos enfrentados pelos produtores rurais. Conforme destacado pelo MAPA (2023), os principais atores são: o governo, as seguradoras, os corretores e os próprios produtores. Cada agente desempenha um papel fundamental: o governo atua como regulador e subsidiador via Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR); as seguradoras assumem o risco e oferecem os produtos; os corretores fazem a mediação entre os produtores e as seguradoras; e os produtores são os beneficiários e contratantes finais das apólices.

O papel do governo é essencial na promoção do seguro agrícola como política pública de desenvolvimento rural. Além de regulamentar o setor por meio da SUSEP, o Estado oferece incentivos financeiros que reduzem o custo das apólices, tornando o seguro mais acessível, especialmente para pequenos e médios produtores. Segundo Hoffmann et al. (2019), sem a presença do Estado, o mercado de seguros agrícolas no Brasil seria economicamente inviável em larga escala, devido aos altos custos de cobertura dos riscos climáticos.

Fluxograma 1 – Programa de Subvenção Rural – Distribuição das Apólices



Fonte: MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

3. DEMANDA POR SEGURO AGRÍCOLA NO BRASIL

A demanda por seguros agrícolas no Brasil é influenciada por diversos fatores estruturais e conjunturais, sendo fundamental para a sustentabilidade da produção rural. O perfil dos contratantes evidencia a abrangência do produto: pequenos e médios produtores rurais buscam segurança frente à imprevisibilidade climática, enquanto grandes agroindústrias veem no seguro uma estratégia de gestão de risco para garantir estabilidade operacional e financeira (MAPA, 2023). A diversidade dos perfis revela a importância do seguro como instrumento transversal na cadeia agroindustrial.

As principais culturas seguradas são soja, milho, trigo e café, que representam uma parcela significativa do valor da produção agrícola brasileira. Essas culturas estão expostas a riscos como seca, granizo e excesso de chuvas, fatores que comprometem tanto o rendimento quanto a qualidade dos produtos. Segundo dados da FENSEG (2023), essas culturas concentram a maior parte das apólices contratadas, refletindo a vulnerabilidade dos produtores e o valor econômico que tais commodities representam no mercado interno e nas exportações.

Entre os principais determinantes da demanda por seguros agrícolas estão os riscos climáticos e a sazonalidade da produção. Conforme Hoffmann et al. (2019), a instabilidade do clima afeta diretamente a produtividade agrícola, e o seguro funciona como um amortecedor financeiro diante dessas adversidades. A percepção do risco é um dos principais gatilhos para a contratação, e a sazonalidade interfere tanto na frequência quanto na intensidade dos eventos climáticos, o que impacta na decisão do produtor em aderir ao seguro.

Por fim, o custo do seguro e a oferta de subsídios governamentais são fatores cruciais na decisão de contratação. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), gerido pelo MAPA, tem papel estratégico ao reduzir o valor pago pelos produtores, viabilizando o acesso principalmente aos pequenos agricultores. Além disso, a conscientização dos produtores sobre os benefícios do seguro ainda é um desafio, sendo necessário o investimento em ações educativas e de extensão rural (SUSEP, 2023). A falta de informação e a baixa cultura de gestão de risco no campo limitam o potencial de expansão da cobertura, mesmo com políticas públicas disponíveis.

4. DESAFIOS E CONCLUSÕES

O seguro agrícola é uma ferramenta essencial para mitigar os impactos causados por eventos imprevisíveis no setor agropecuário brasileiro. No entanto, apesar de sua relevância e da crescente oferta de produtos, diversos desafios ainda limitam sua ampla adesão entre os produtores rurais. O primeiro e mais recorrente obstáculo é o alto custo do seguro, principalmente para pequenos produtores, que mesmo com os subsídios governamentais, ainda consideram o serviço inacessível. Esse fator compromete a equidade no acesso à proteção financeira contra riscos climáticos e econômicos.

Outro entrave importante é a complexidade no processo de regulação de sinistros. A demora e a burocracia na verificação de perdas após a ocorrência de eventos adversos desestimulam a confiança dos produtores no sistema de seguro. Conforme ressaltado por Hoffmann et al. (2019), a eficácia do seguro está intimamente ligada à agilidade e à transparência nos pagamentos das indenizações. Processos morosos e pouco claros afastam potenciais contratantes e podem comprometer a continuidade das atividades agrícolas.

A baixa conscientização e a falta de informação sobre os benefícios e as coberturas oferecidas pelo seguro agrícola também representam um desafio significativo. Muitos agricultores desconhecem os mecanismos de funcionamento do seguro e não percebem sua contratação como uma estratégia de proteção e investimento. A ausência de ações educativas por parte de instituições públicas e privadas contribui para a manutenção dessa lacuna informacional e cultural no campo.

Para promover a evolução do seguro agrícola no Brasil, algumas medidas são fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso ampliar os subsídios e simplificar os critérios de acesso, garantindo maior inclusão de pequenos e médios produtores. Além disso, a inovação nos produtos, como o desenvolvimento de seguros paramétricos — que baseiam a indenização em índices climáticos e não em perícias tradicionais — pode tornar o sistema mais ágil, adaptado à realidade do campo e menos suscetível à burocracia.

Por fim, campanhas educativas e programas de extensão rural são indispensáveis para difundir a cultura do seguro entre os agricultores. A capacitação técnica e a aproximação entre agentes do mercado e produtores podem contribuir para a formação de uma mentalidade voltada à gestão de riscos. Com essas ações coordenadas, o seguro agrícola tem potencial de se consolidar como uma das principais ferramentas de estabilidade e desenvolvimento sustentável para o agronegócio brasileiro.

5. BIBLIOGRAFIA

HOFFMANN, R.; NEVES, M. F.; GRAZIANO, J. R. (2019). Seguro Rural no Brasil: Desafios e Oportunidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dados do Mercado de Seguro Rural. 2023.

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados. Regulação e Acompanhamento do Seguro Agrícola. 2023.

FENSEG – Federação Nacional de Seguros Gerais. Dados do Mercado de Seguro Rural. 2023.